

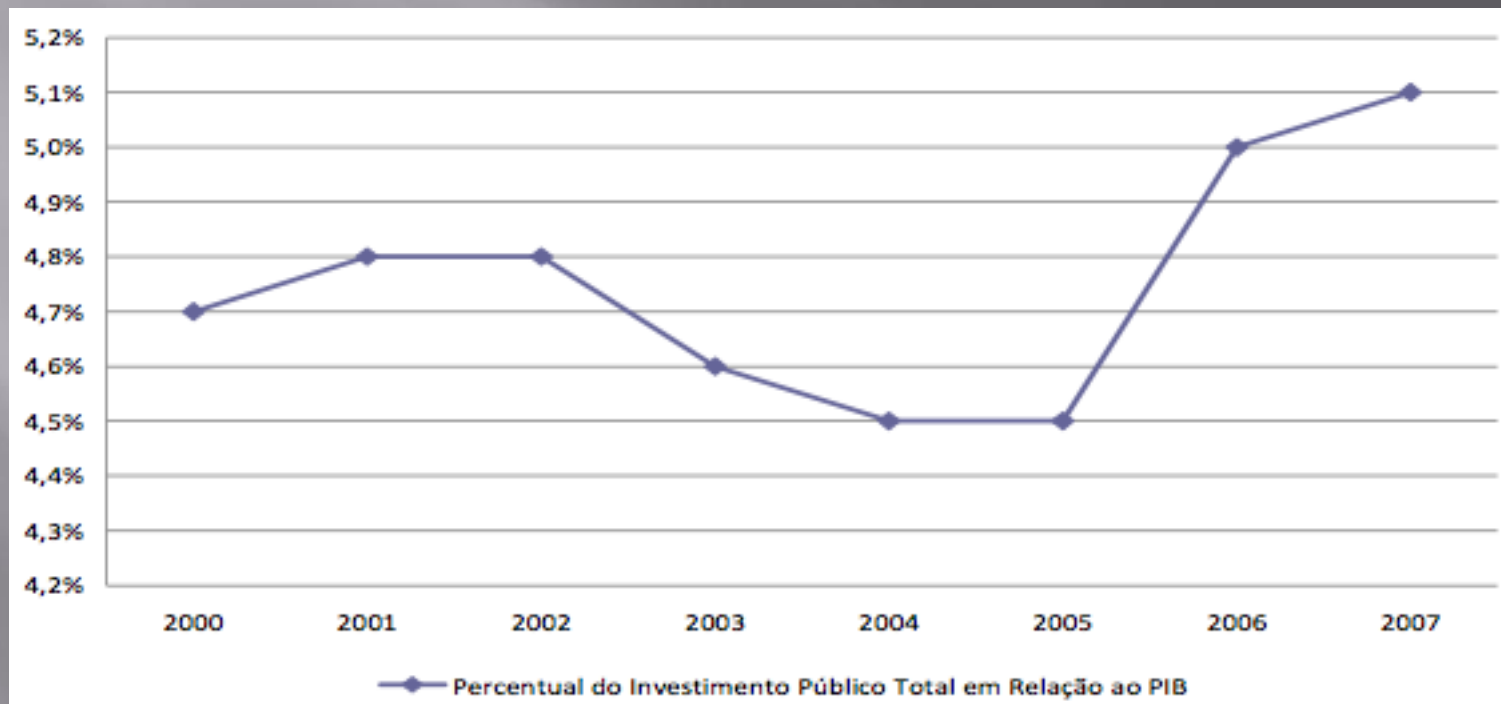
# EDUCAÇÃO E FEDERALISMO

FERNANDO REZENDE

# Federalismo Fiscal e Políticas Educacionais

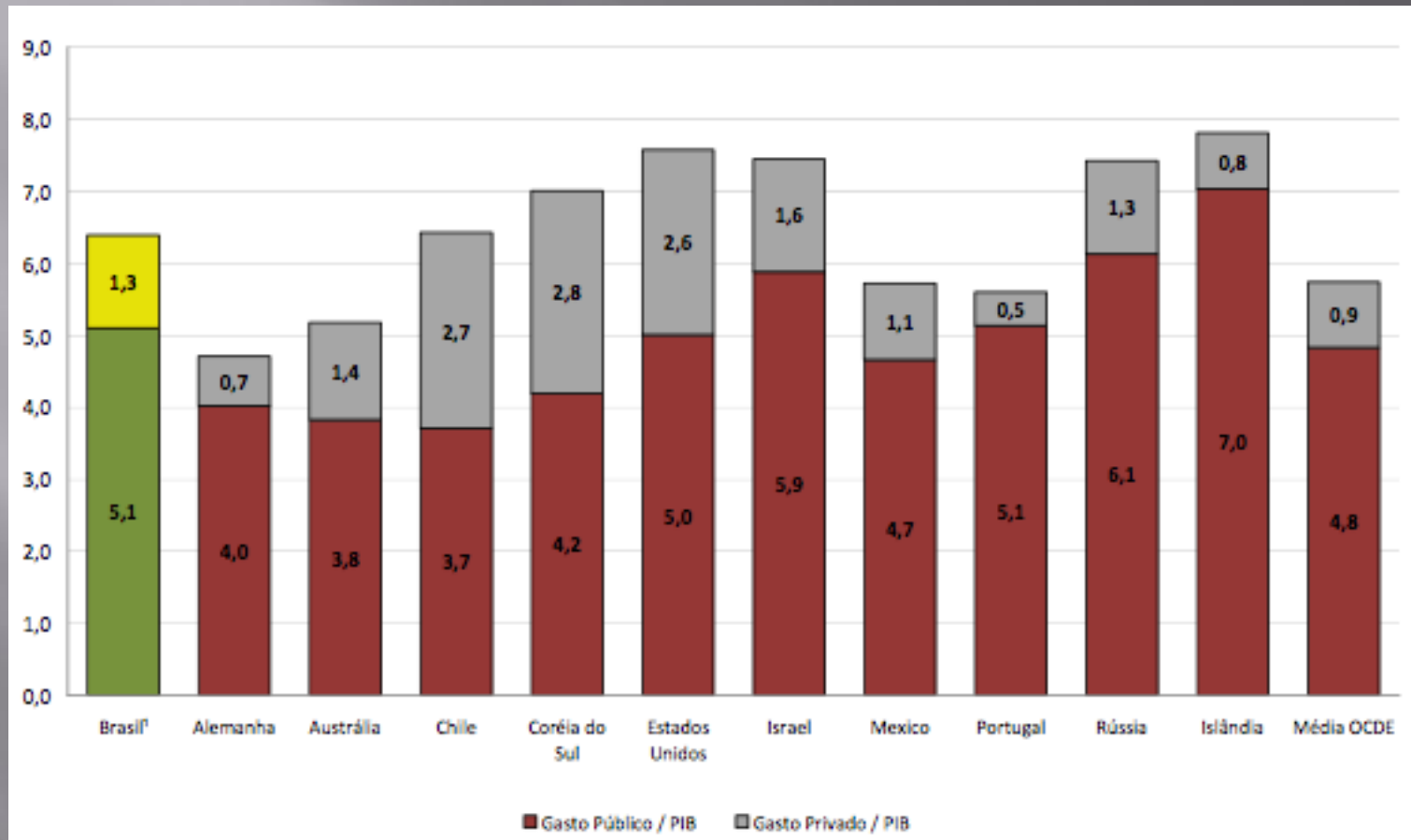
- ▣ Garantias financeiras e desempenho escolar – a Lei Calmon, a CF 1988 e a posição do Brasil nos estudos comparativos sobre desempenho escolar.
- ▣ Federalismo fiscal e problemas para a eficiência e a eficácia da gestão.
- ▣ Desequilíbrios federativos e isonomia de oportunidades de ascensão social.
- ▣ Federalismo fiscal e cooperação intergovernamental.

# Evolução gasto público em educação- Brasil



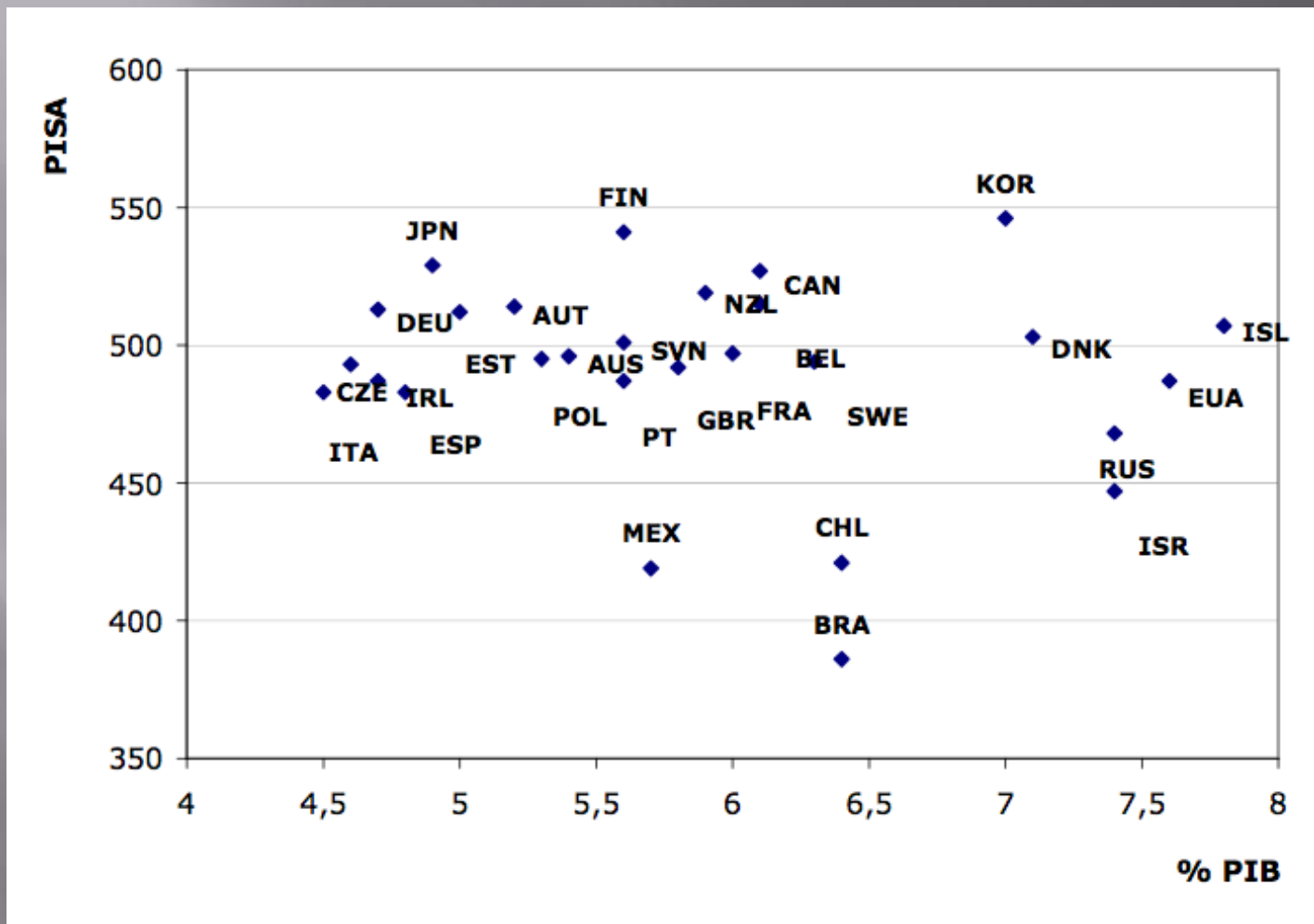
Fonte: Reproduzido de Menezes Filho e Nuñez (2012): Estimando gastos privados com educação no Brasil.

# Gastos em educação



Fonte: Reproduzido de Menezes Filho e Nuñez (2012): Estimando gastos privados com educação no Brasil.

# Gastos e Desempenho Escolar



Fonte: Reproduzido de Menezes Filho e Nuñez (2012): Estimando gastos privados com educação no Brasil.

## Desequilíbrios federativos e gestão das políticas educacionais

- ▣ Condições para uma gestão eficaz e eficiente do gasto não estão dadas (disparidades na capacidade de financiamento e incertezas nos fluxos financeiros)
- ▣ Descentralização da gestão e centralização das decisões .
- ▣ Fragilização dos estados e ausência de incentivos à cooperação.

# Federalismo Fiscal e Equidade Social

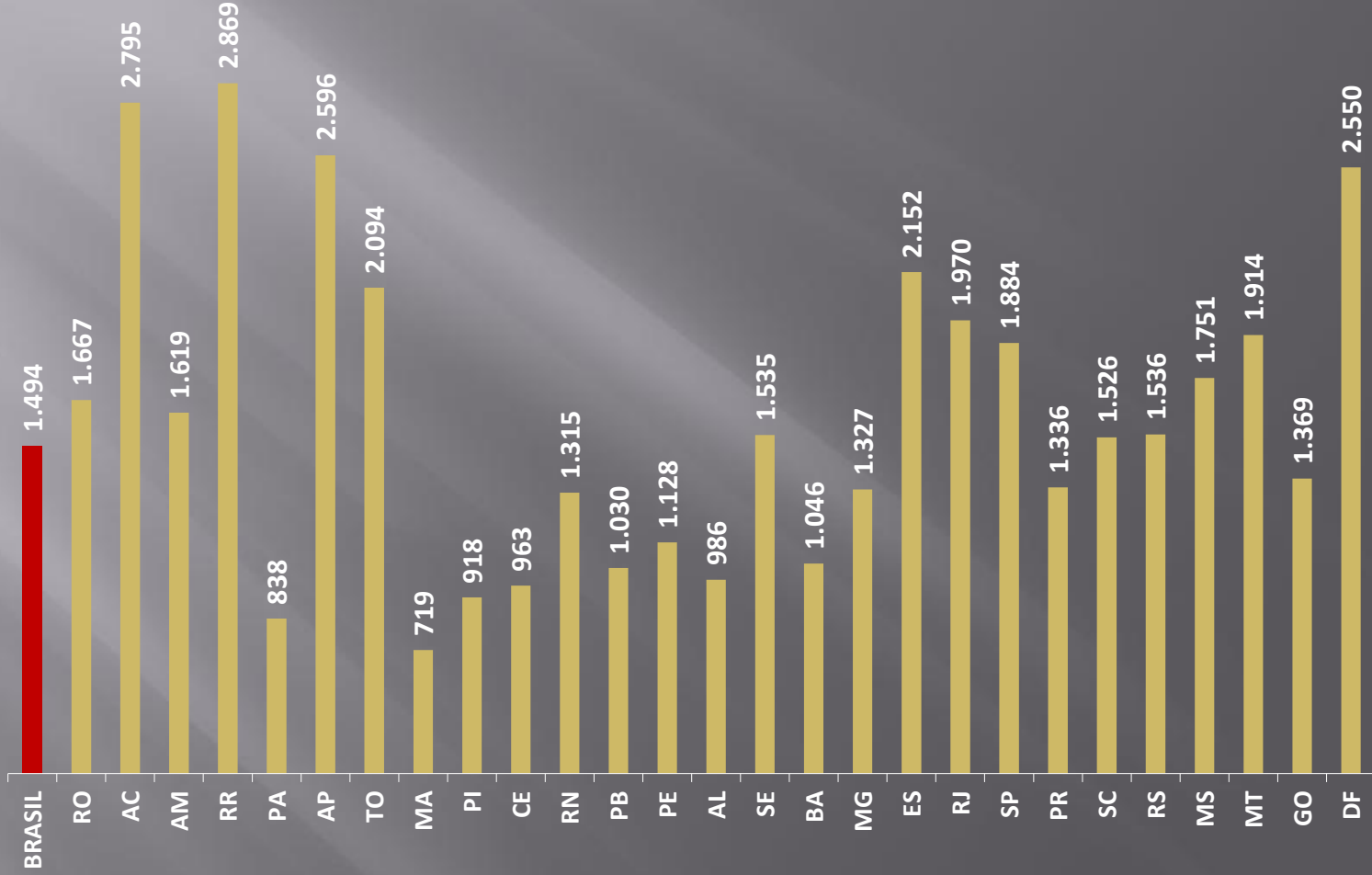
- ▣ O Estado deve propiciar iguais oportunidades de ascensão social a todos os cidadãos brasileiros.
- ▣ Para isso, é necessário que o acesso a serviços essenciais de qualidade não dependa do local de nascimento ou de residência do cidadão.
- ▣ Cabe ao regime de federalismo fiscal assegurar o necessário equilíbrio entre a repartição territorial das demandas da população e a correspondente repartição da capacidade de os governos responsáveis financiarem a provisão dos serviços educacionais
- ▣ O federalismo fiscal brasileiro concorre para acentuar as disparidades entre a localização das demandas e dos recursos financeiros, ao invés de promover o equilíbrio.

# Quais as razões para isto?

- ▣ O receio de abordar a reforma do federalismo fiscal e as mudanças *ad-hoc* que foram adotadas nos últimos 40 anos acumularam sucessivas distorções.
- ▣ Dinâmica socioeconômica e disparidades fiscais - concentração e mobilidade das bases tributárias + descentralização de responsabilidades.
- ▣ Transferências federais agravam ao invés de corrigir as disparidades.

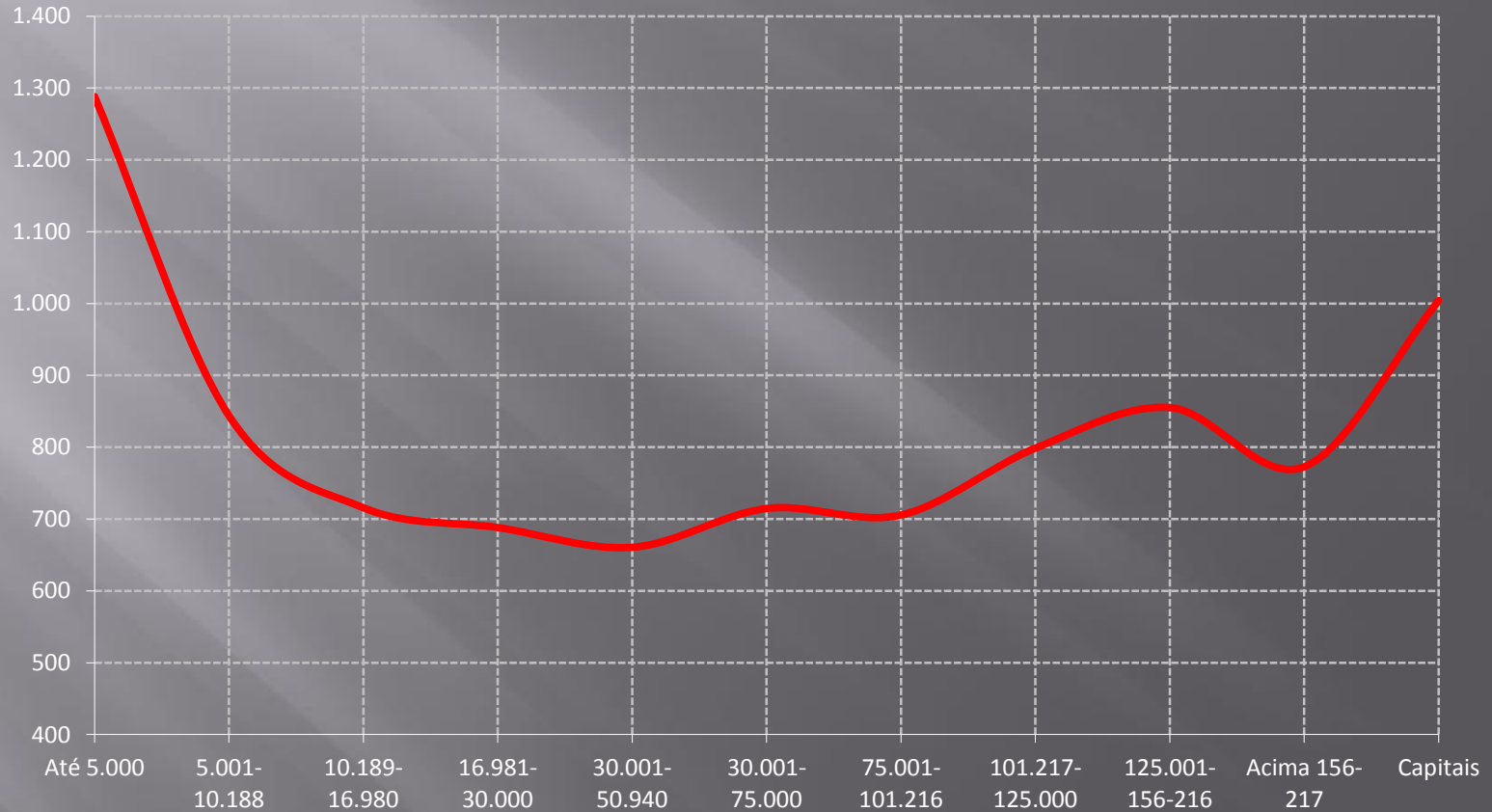


# Disparidades Fiscais- Estados



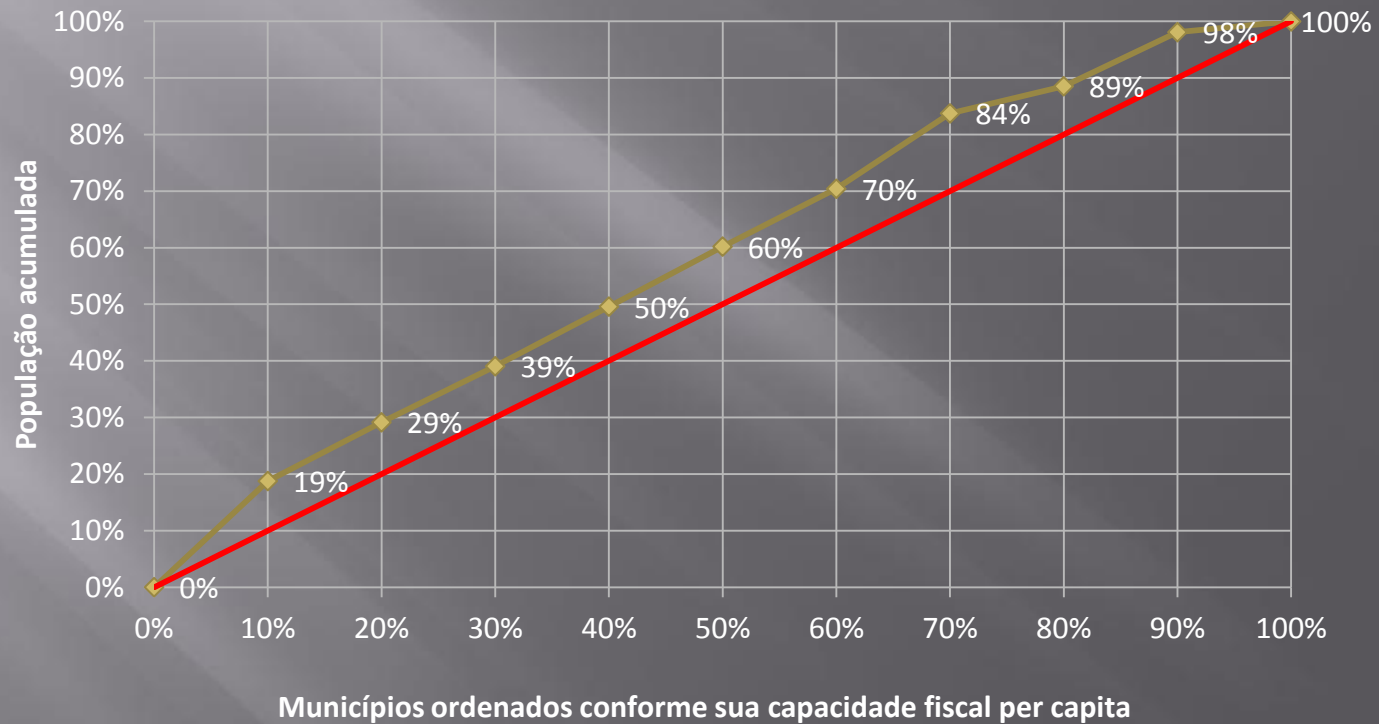
# Disparidades Fiscais- Municípios

R\$ Per Capita



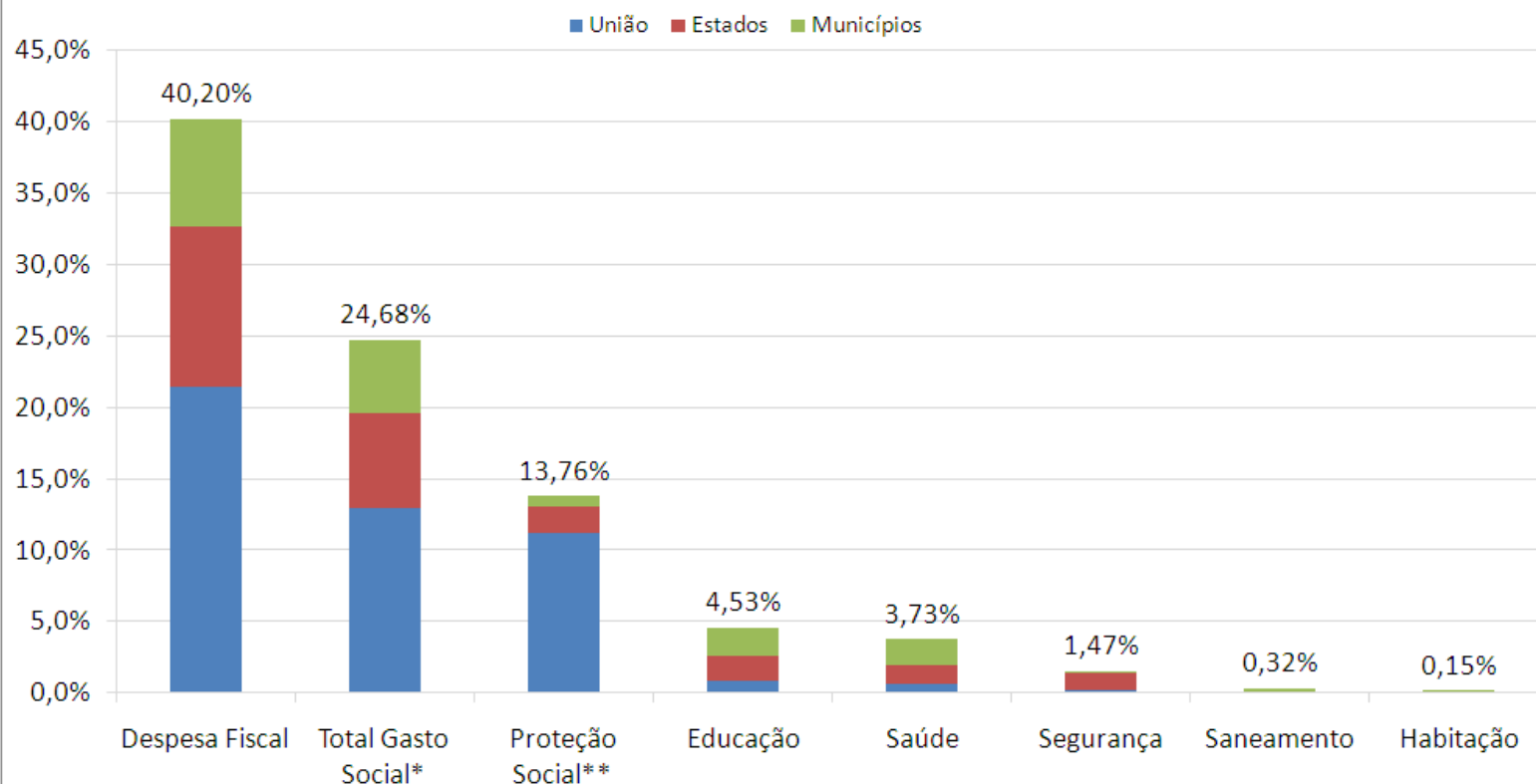
Faixas Populacionais

# Disparidades fiscais- municípios



# Descentralização do Gasto Social

Distribuição Federativa da Despesa Pública: 2009 - % do PIB



\* Inclui despesas com previdência, assistência, trabalho, educação, saúde, segurança, saneamento, habitação e outras despesas sociais.

\*\* Inclui despesas com previdência, assistência e trabalho.

# Quais as consequências?

- ▣ Acentuadas disparidades na capacidade de financiamento dos estados e dos municípios vis-à-vis o tamanho de suas populações.
- ▣ Falta de transparência do financiamento , dificuldade de controle social e ineficiência na gestão dos serviços públicos
- ▣ Ineficácia das ações, devido a conflitos federativos que criam problemas de coordenação

## As disparidades fiscais e o financiamento dos serviços sociais nos estados (2009)

- ▣ O AC reúne apenas 0,4% dos brasileiros e tem IDH de 0,697. Suas receitas per capita (R\$ 5.270) permitem gastos com educação e saúde de R\$ 874 e R\$ 685 por habitante. Já o PA, que reúne 4% dos brasileiros e tem IDH de 0,723, tem receitas per capita (R\$ 1.420) que permitem gastos com educação e saúde de R\$ 206 e R\$ 167.
- ▣ O maior orçamento per capita do Nordeste (SE = R\$ 2.383) supera em quase 2 vezes o menor orçamento (MA = R\$ 1.204). Não há grandes diferenças entre o IDH dos dois estados (SE = 0,682 e MA = 0,636), mas sua capacidade de gastar em educação e saúde é bem distinta (SE = R\$ 347 e R\$ 299; MA = R\$ 192 e R\$ 126)
- ▣ SP é o estado mais populoso do país (22% dos brasileiros) e tem IDH de 0,820, mas suas receitas per capita (R\$ 3.175) ocupam o 7º lugar no *ranking* estadual e os gastos com educação (R\$554) e saúde (R\$ 328) ocupam as 5ª e 10ª posições.

## As disparidades fiscais e o financiamento dos serviços sociais nos municípios (2009)

- ▣ Canaã dos Carajás-PA reúne 0,5% dos paraenses e tem IDH de 0,700. Seu orçamento per capita (R\$ 3.035) é o maior do estado e permite gastos com educação e saúde de R\$ 618 e R\$ 567. Já a capital Belém, que reúne 23% dos paraenses e tem IDH de 0,806, conta com R\$ 1.020 por habitante e gasta com educação e saúde R\$ 150 e R\$ 347
- ▣ Quissamã-RJ tem um das maiores receitas per capita (R\$ 8.500) do país e reúne apenas 0,13% da população fluminense. Já São Gonçalo, município pobre da região metropolitana do RJ, reúne 7% dos fluminenses e dispõe de apenas R\$ 455 per capita. O IDH desses municípios não é muito distante (0,732 e 0,782), mas a disponibilidade de recursos para educação e saúde é bem díspares: R\$ 1.796 e R\$ 1.938 (Quissamã) e R\$ 122 e R\$ 114 (São Gonçalo).

# Qual é a proposta para corrigir essas distorções?

- ▣ Adotar um princípio de equalização fiscal na repartição das transferências federais a estados e municípios.
- ▣ Aplicar os percentuais da vinculação de receitas estaduais e municipais à educação e à saúde após a operação do regime de equalização fiscal.
- ▣ Mudar a base e rever os critérios aplicados às transferências de recursos federais para dar mais estabilidade às garantias, levar em conta as disparidades remanescentes, promover a cooperação e incluir compromissos com resultados.



## Disparidades , garantias e capacidade de financiamento dos serviços sociais

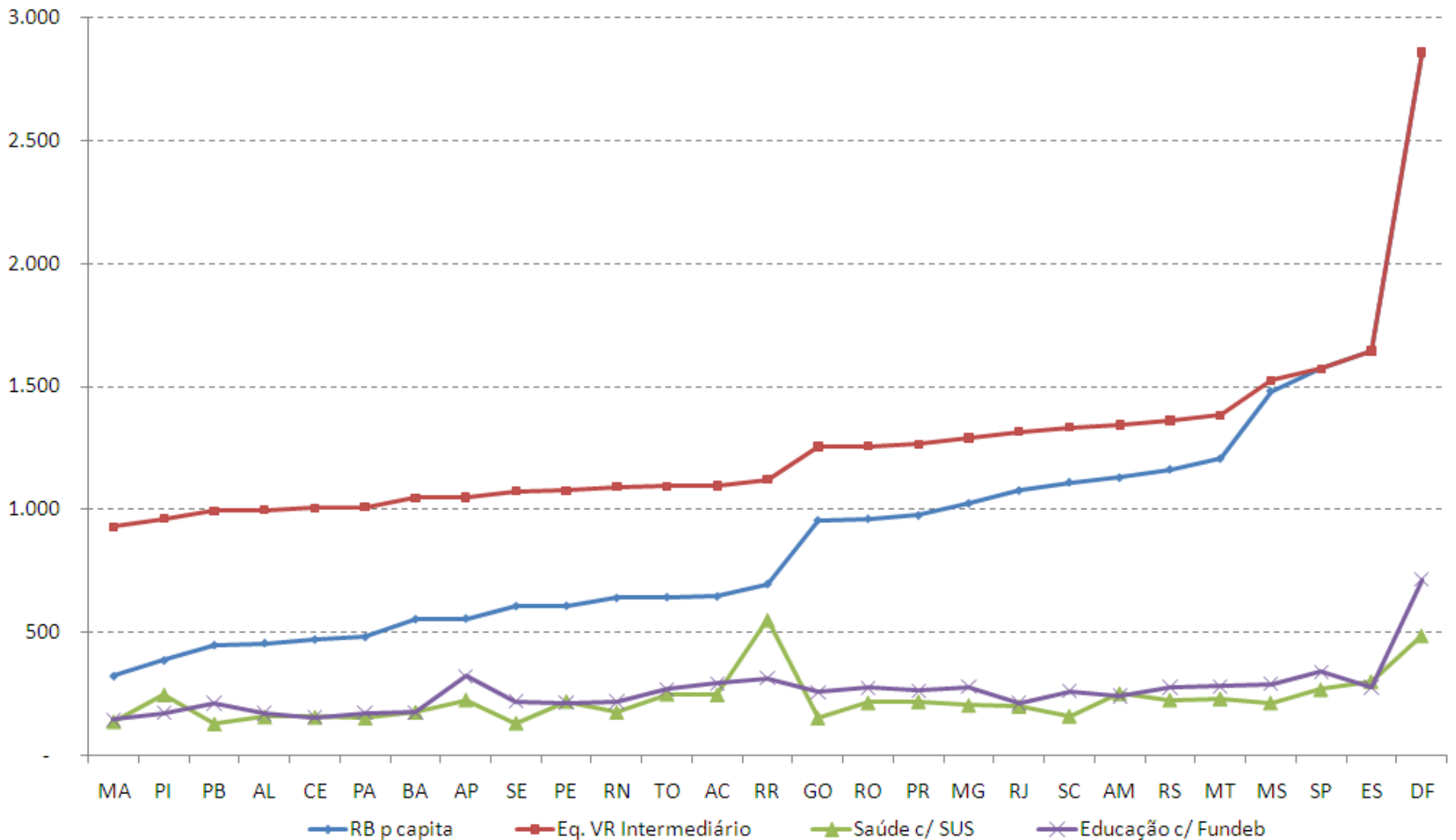
- ▣ Objeto das garantias deveria ser o cidadão e não o orçamento.
- ▣ A vinculação de percentuais uniformes das receitas estaduais e municipais a gastos em educação faz com que as disparidades fiscais gerem disparidades ainda maiores na capacidade de financiamento desses setores.
- ▣ Como as transferências federais não levam em conta essas disparidades, o problema se agrava.
- ▣ O FUNDEB atenuou o problema, mas não resolve a questão das disparidades interestaduais.

## O que mudaria com a adoção de um princípio de equalização fiscal?

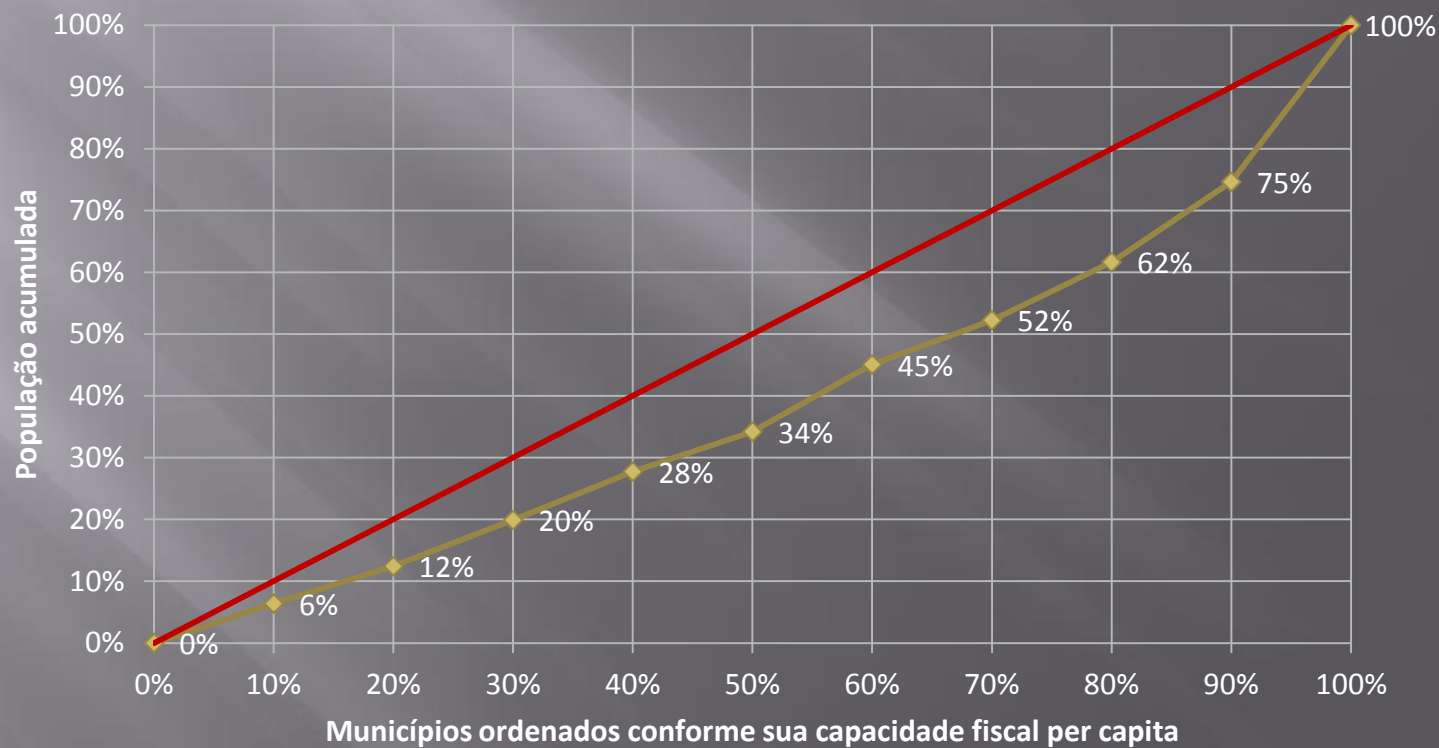
- ▣ A redução das disparidades fiscais repercute positivamente na repartição da capacidade de financiamento da educação e da saúde.
- ▣ O impacto social das mudanças na repartição dos recursos fiscais é significativo
- ▣ Redução dos desperdícios gerados pela situação vigente contribui para a eficiência e a eficácia do gasto.
- ▣ Ajuste automático das transferências ao impacto do ciclo econômico nas bases tributárias próprias ajuda a reduzir os conflitos federativos.

# Equalização e disparidades

## Resultados Estaduais da Equalização



# Equalização fiscal- municípios



## Desafios e oportunidades para adotar a proposta de equalização

- ▣ O princípio da equalização não é uma novidade, já estava refletido na proposta original do FPE e do FPM
- ▣ O debate em curso sobre mudanças nas regras do FPE (STF) e dos royalties do petróleo abrem espaço para tratar dessa questão.
- ▣ Os benefícios da equalização podem ser ampliados com a transição do ICMS para o destino, o que também concorre para facilitar as desonerações.

# Conclusão

- ▣ Destacar a importância da construção de um novo modelo de federalismo fiscal para a promoção da equidade social, mediante redirecionamento do foco do debate sobre a reforma tributária, a adoção de uma nova perspectiva na análise dos conflitos federativos e a construção do apoio político necessário para que esse objetivo seja alcançado.